



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

Transformações no mundo do trabalho e a relação exploração-expropriação

Weslany Thaise Lins Prudêncio¹

Resumo: Este trabalho analisa as transformações no mundo do trabalho no Brasil, evidenciando sua articulação com a superexploração da força de trabalho e com processos de expropriação de direitos. Sob uma perspectiva crítica, observa-se que tais transformações são marcadas pela flexibilização, heterogeneidade e instabilidade dos vínculos laborais. Argumenta-se que não podem ser compreendidas isoladamente, pois se articulam à expropriação dos meios de vida e de proteção social. A precarização do trabalho e a corrosão dos direitos constituem dimensões interdependentes que se reforçam mutuamente, em um movimento no qual a intensificação da exploração — e da superexploração — cria as bases para novas expropriações, reproduzindo as condições de dominação no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: mundo do trabalho; expropriações contemporâneas; precarização do trabalho.

Transformations in the world of work and the exploitation-expropriation relationship

Abstract: This work analyzes the transformations in the world of work in Brazil, highlighting their connection with the super-exploitation of labor and processes of expropriation of rights. From a critical perspective, it observes that these transformations are marked by the flexibilization, heterogeneity, and instability of labor relations. It argues that they cannot be understood in isolation, as they are linked to the expropriation of means of subsistence and social protection. The precariousness of work and the erosion of rights constitute interdependent dimensions that mutually reinforce each other, in a movement in which the intensification of exploitation—and super-exploitation—creates the basis for new expropriations, reproducing the conditions of domination in contemporary capitalism.

Keywords: the world of work; contemporary expropriations; job insecurity.

1 Introdução

As transformações recentes no capitalismo, intensificadas a partir da crise estrutural dos anos 1970 (Mészáros, 2011) produziram reconfigurações profundas nos processos produtivos, nas dinâmicas político-econômicas e no mundo do trabalho. A transição do padrão fordista para a acumulação flexível implicou a difusão de novas formas de organização da produção, marcadas pela flexibilização, pela incorporação tecnológica e pela descentralização produtiva, com impactos diretos sobre a classe trabalhadora.

¹ Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda em Serviço Social Universidade Federal do Rio De Janeiro. Email: weslany45@hotmail.com. Bolsista Capes.

Nesse contexto, a flexibilização das relações de trabalho, a ampliação da terceirização e o crescimento de condições precárias de trabalhos evidenciam que tais mudanças não significam maior autonomia, mas a intensificação da exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo, essas transformações se articulam a uma ofensiva sobre os direitos sociais, impulsionada pelo neoliberalismo, que promove a desregulamentação, a focalização das políticas públicas e a subordinação da proteção social às exigências do ajuste fiscal.

Em formações sociais dependentes, como a brasileira, esses processos assumem particularidades, na medida em que se articulam a um padrão histórico de superexploração da força de trabalho. A intensificação da exploração não pode ser compreendida de forma isolada, mas em sua relação com processos de expropriação de direitos, conformando uma dinâmica própria do capitalismo dependente. Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo analisar as transformações no mundo do trabalho no Brasil, evidenciando sua articulação com a superexploração da força de trabalho e com processos de expropriação de direitos no capitalismo dependente.

O artigo estrutura-se em um tópico central, além desta introdução e das considerações finais. No tópico central, discute-se como a reestruturação produtiva, a acumulação flexível e a ofensiva neoliberal reconfiguram as formas de exploração da força de trabalho, aprofundando a precarização e articulando-se a processos de expropriação contemporâneos, particularmente em uma formação social dependente como a brasileira. Por fim, nas considerações finais, evidencia-se que exploração e expropriação constituem dimensões indissociáveis da dinâmica de reprodução do capital, reforçando, no contexto brasileiro, a superexploração da classe trabalhadora e a degradação de suas condições de vida e trabalho.

2 Reestruturação produtiva, novas configurações do trabalho e processos contemporâneos de expropriação

O final do século XX é marcado por transformações estruturais no capitalismo, que incidem sobre os processos de trabalho, os padrões de consumo e as formas de regulação social. Tais mudanças se situam no contexto da crise estrutural (Mészáros, 2011) que se aprofunda a partir da década de 1970, evidenciando o esgotamento do padrão de acumulação fordista-keynesiano que sustentou o ciclo expansivo do pós-

guerra. Esse padrão, ancorado na produção em massa, em formas específicas de organização do trabalho e na regulação estatal da economia, cede lugar a novas estratégias de acumulação orientadas pela flexibilização produtiva, pela descentralização e pela intensificação das inovações tecnológicas e organizacionais. Nesse movimento, consolida-se a transição para um regime de acumulação flexível, no qual a produção passa a ser orientada pela demanda e acompanhada por novas formas de gestão da força de trabalho, marcadas pela difusão de práticas que buscam maior envolvimento e adaptabilidade dos trabalhadores às exigências do capital (Antunes, 2015).

O fordismo pode ser compreendido como a forma por meio da qual a indústria e o processo de trabalho se consolidaram ao longo do século XX, tendo como traços fundamentais a produção em massa, sustentada pelo controle rigoroso dos tempos e movimentos — característico do taylorismo; a presença de unidades produtivas concentradas e verticalizadas; bem como a formação e consolidação do operário-massa, enquanto expressão do trabalhador coletivo fabril, entre outros elementos. Mais do que concebê-lo como um modelo abrangente de organização da sociedade, que alcançaria diferentes esferas sociais, entende-se o fordismo como um padrão de organização do processo de trabalho que, articulado ao taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo do século (Antunes, 2015).

No contexto da crise dos anos 1970, consolida-se a transição do padrão fordista para um regime de acumulação flexível, marcado pela reconfiguração dos processos produtivos e das formas de organização do trabalho. Nessa perspectiva, Harvey (2010) sustenta que, até 1973, a base central do fordismo — a produção em massa — permaneceu amplamente consolidada, garantindo, naquele período, certa estabilidade nos padrões de vida da classe trabalhadora dos países centrais. Contudo, com a profunda recessão que se instaura a partir desse momento, desencadeia-se um processo de reconfiguração no interior do regime de acumulação do capital.

Harvey (2010) destaca que essa fase flexível da produção é marcada por transformações profundas nos processos e mercados de trabalho, bem como nos produtos e nos padrões de consumo. Tal dinâmica se expressa pelo surgimento de setores produtivos inteiramente novos, por inovações nas formas de oferta de serviços financeiros, pela abertura de novos mercados e, sobretudo, por um ritmo intensificado de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível implica, ainda,

rápidas alterações nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre distintos setores quanto entre regiões geográficas, impulsionando, por exemplo, uma expansão significativa do emprego no setor de serviços, além da formação de novos complexos industriais em áreas que anteriormente não apresentavam tal desenvolvimento.

A flexibilização dos processos produtivos encontra no toyotismo uma de suas expressões centrais, ao redefinir a organização do trabalho em torno da adaptação contínua às demandas do mercado. Nesse modelo, exige-se um trabalhador multifuncional, capaz de desempenhar diversas atividades, ao mesmo tempo em que se intensificam os mecanismos de controle e produtividade. Tal dinâmica não se limita à esfera técnico-organizacional, implicando também a flexibilização da força de trabalho e de seus direitos, de modo a adequar sua utilização às exigências imediatas da valorização do capital (Antunes, 2018).

A apreensão dessas transformações em sua dimensão mais geral, mostra-se insuficiente para compreender suas particularidades em formações sociais específicas. Isso porque a reestruturação produtiva e a emergência da acumulação flexível não se processam de maneira homogênea no interior do capitalismo mundial, assumindo determinações próprias nos países de capitalismo dependente. Nesses contextos, tais mudanças não apenas reconfiguram o mundo do trabalho, mas o fazem a partir de uma base historicamente marcada pela superexploração da força de trabalho (Marini, 2011), o que tensiona e redefine os próprios sentidos da flexibilização.

Segundo Antunes, (2014) no caso brasileiro, tais transformações ganham materialidade sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, em um contexto marcado pela crise do padrão de desenvolvimento anterior e pela intensificação da inserção dependente do país na dinâmica do capitalismo mundial. Nesse cenário, o país estruturava-se com base em um padrão produtivo de caráter bifronte: por um lado, voltado à produção de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, direcionados a um mercado interno restrito e seletivo; por outro, em função de sua condição dependente, orientado à produção para exportação, tanto de produtos primários quanto industrializados (Antunes, 2014).

A dinâmica interna do padrão de acumulação capitalista no Brasil esteve assentada na superexploração da força de trabalho, caracterizada por baixos níveis salariais, intensificação dos ritmos produtivos e prolongamento das jornadas de trabalho,

combinando a extração de mais-valia absoluta e relativa. Tal configuração possibilitou a sustentação de elevadas taxas de acumulação, como evidenciado no período do chamado “milagre econômico” (1968-1973) (Marini, 2011).

Com a consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, intensificou-se o processo de reestruturação produtiva, impulsionado pela adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos, bem como por formas renovadas de organização do trabalho e pela incorporação de métodos participativos. Esse movimento foi fortemente condicionado pelas exigências das empresas transnacionais, que induziram suas subsidiárias instaladas no país a incorporar, em maior ou menor grau, técnicas inspiradas no toyotismo e nos modelos de acumulação flexível. (Antunes, 2014) Longe de representar apenas uma modernização produtiva, tal processo expressa a reconfiguração das estratégias de valorização do capital em um contexto de crise, aprofundando mecanismos de controle e intensificação do trabalho.

De acordo com Antunes (2015) nesse processo, observou-se a combinação de elementos herdados do fordismo com uma nova racionalidade produtiva orientada pela acumulação flexível, expressa na difusão do modelo de empresa enxuta, na implementação de programas de qualidade total e na adoção de sistemas como *just-in-time* e *kanban*. Soma-se a isso a introdução de mecanismos de remuneração atrelados à lucratividade e à produtividade, em consonância com uma lógica fortemente alinhada às diretrizes do capital financeiro e ao ideário neoliberal.

Tal reconfiguração evidencia que a flexibilização, mais do que uma resposta técnica às exigências produtivas, constitui um instrumento de recomposição das condições de exploração da força de trabalho, especialmente em contextos marcados pela dependência. Como desdobramento desse movimento, observa-se no país a intensificação de formas mais instáveis e desprotegidas de condições de trabalho, marcadas pela ampliação de vínculos flexíveis, pela expansão da informalidade e pelo agravamento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora (Antunes, 2018)

Nesse contexto, as transformações no mundo do trabalho e na organização dos processos produtivos incidem diretamente sobre a composição e as formas de existência da classe trabalhadora, aprofundando sua heterogeneidade e redefinindo suas condições de inserção social. Na contemporaneidade, como desdobramento dessas transformações associadas à reestruturação produtiva e à acumulação flexível, observa-se a expansão de

novos setores de serviços, especialmente aqueles vinculados às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que passam a desempenhar papel estratégico na dinâmica de valorização do capital.

A expansão das empresas de *call centers*, *telemarketing* e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), cada vez mais centrais para a aceleração dos fluxos e a redução do tempo de circulação do capital, impulsiona a formação de um novo segmento da classe trabalhadora inserido no setor de serviços. Trata-se de um contingente que tem sido caracterizado como infoproletariado ou *cybertariat*, cuja constituição expressa as metamorfoses do trabalho na era digital. Entretanto, esse movimento ocorre de forma profundamente contraditória, uma vez que a incorporação de tecnologias avançadas não elimina, mas reconfigura e amplia formas precárias de inserção laboral. Observa-se, assim, a intensificação de vínculos marcados pela terceirização, subcontratação, flexibilização, trabalho em tempo parcial e teletrabalho, ampliando significativamente o universo do trabalho precarizado (Antunes, 2018).

Nesse cenário, as transformações recentes no mundo do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva, pela difusão das tecnologias informacionais e pela consolidação do ideário neoliberal, não implicam o desaparecimento do trabalho, mas sua profunda reconfiguração. Sob essa perspectiva, Antunes (2018) afirma que se trata de um processo marcado pela fragmentação, intensificação e precarização das relações laborais, que redefine as formas de inserção dos trabalhadores no capitalismo contemporâneo e dá origem ao que o autor denomina de nova morfologia da classe trabalhadora. A noção de classe trabalhadora passa a ser compreendida como o conjunto de indivíduos que dependem da venda de sua força de trabalho para garantir sua reprodução social, abarcando tanto os trabalhadores diretamente inseridos na produção quanto aqueles vinculados aos setores de serviços.

Essa compreensão é fundamental na medida em que a centralidade histórica do operário industrial, típica do capitalismo fordista, já não é suficiente para apreender a configuração atual do trabalho. A classe trabalhadora contemporânea passa a incorporar uma multiplicidade de formas de inserção, que vão desde o trabalhador fabril até os segmentos vinculados aos serviços, às plataformas digitais, ao teletrabalho, às formas terceirizadas e informais. Desse modo, a heterogeneidade na contemporaneidade passa a

constituir um traço estrutural dessa classe, expressando as próprias metamorfoses do processo de acumulação.

Essa recomposição da classe trabalhadora ocorre sob o signo da precarização, entendida não como um fenômeno residual ou conjuntural, mas como elemento constitutivo do padrão de acumulação vigente. A flexibilização das relações de trabalho, a instabilidade dos vínculos, a ampliação do desemprego e das formas intermitentes de ocupação revelam um cenário em que a insegurança se torna permanente. Nesse sentido, a precarização aparece como expressão concreta das estratégias de valorização do capital em um contexto de crise, aprofundando as desigualdades e tensionando as condições de reprodução da classe trabalhadora, especialmente em formações sociais marcadas pela dependência como no caso do Brasil.

É nessa direção que na concepção de Antunes (2018) para além das dimensões objetivas, esse processo também incide sobre a subjetividade dos trabalhadores. A difusão de valores associados ao empreendedorismo, à responsabilização individual e à meritocracia contribui para a internalização das formas de dominação, fazendo com que o trabalhador se perceba como gestor de si mesmo, mesmo em condições profundamente precarizadas. Trata-se de um movimento em que a exploração se combina com mecanismos de autogestão, produzindo aquilo que Antunes (2018) denomina como uma espécie de “privilegio da servidão”, na qual o trabalhador passa a disputar sua própria inserção subordinada no mercado de trabalho.

Essa nova morfologia da classe trabalhadora não pode ser dissociada das transformações ocorridas no âmbito das políticas sociais. A ofensiva neoliberal, ao promover a desregulamentação de direitos, a focalização das políticas públicas e a subordinação do gasto social à lógica do ajuste fiscal, incide diretamente sobre as condições de reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, as políticas sociais deixam de operar como mecanismos de garantia de direitos universais e passam a assumir um caráter cada vez mais seletivo e compensatório, reforçando a condição de vulnerabilidade e precariedade que marca amplos segmentos da classe trabalhadora.

Nesse cenário, a precarização do trabalho afirma-se como expressão síntese das transformações recentes, articulando a flexibilização produtiva, a heterogeneidade da classe trabalhadora e a intensificação das formas de exploração. A precarização revela-se inseparável de processos renovados de expropriação, que incidem não apenas sobre o

trabalho imediato, mas também sobre os meios de vida e de proteção social historicamente constituídos. A ofensiva neoliberal, ao promover a desestruturação de direitos, a focalização das políticas sociais e a subordinação da proteção social às exigências do ajuste fiscal, opera como mediação fundamental desse processo, deslocando para os próprios trabalhadores os custos de sua reprodução.

As dinâmicas de exploração e expropriação, longe de operarem de forma isolada, constituem dimensões indissociáveis do movimento de reprodução do capital. Ao mesmo tempo em que a exploração incide diretamente sobre o trabalho vivo no interior do processo produtivo, a expropriação atua ampliando as condições que tornam essa exploração possível, ao restringir os meios de subsistência e as formas de proteção social da classe trabalhadora. Nesses termos, a precarização do trabalho não pode ser compreendida apenas como resultado das transformações produtivas, mas como expressão de um processo mais amplo, no qual a perda de direitos e garantias sociais impõe aos trabalhadores a aceitação de condições cada vez mais degradadas de inserção laboral (Boschetti, 2018). Em formações sociais como a brasileira, marcadas pela dependência, esse movimento adquire contornos ainda mais agudos, aprofundando a superexploração da força de trabalho.

A ofensiva contra os direitos sociais, intensificada desde a crise estrutural do capital nos anos 1970 e aprofundada sob a hegemonia neoliberal, expressa de maneira contundente a articulação entre exploração e expropriação. A expansão incessante do capital, orientada pela busca ilimitada de valorização, implica não apenas a intensificação do trabalho, mas também a corrosão das bases sociais que sustentam a reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, os ataques direcionados às políticas sociais não podem ser compreendidos como um fenômeno conjuntural ou meramente fiscal, mas como parte constitutiva das estratégias contemporâneas de acumulação.

No caso brasileiro, esse processo assume contornos particularmente agudos a partir da década de 1990, com a consolidação de um padrão de ajuste fiscal permanente que incide sobre o financiamento e a configuração da Seguridade Social, promovendo sua progressiva desestruturação por meio da mercantilização, da focalização e da restrição de acesso, o que redefine as condições de reprodução da classe trabalhadora e reforça a subordinação da vida às exigências da valorização do capital (Behring, 2021).

Nessa direção, o que se evidencia é que a precarização do trabalho não se esgota nas transformações ocorridas no interior do processo produtivo, mas se inscreve em uma dinâmica mais ampla que redefine as próprias condições de reprodução da classe trabalhadora. Configura-se, assim, um movimento no qual os processos contemporâneos de expropriação não apenas acompanham, mas alimentam a intensificação da exploração — e, no caso brasileiro, da superexploração —, ao mesmo tempo em que a degradação das condições de vida impõe a inserção em formas cada vez mais precárias de trabalho. Trata-se, portanto, de uma relação dialética na qual exploração e expropriação se reforçam mutuamente, constituindo um mecanismo estrutural de reprodução ampliada do capital.

3 Considerações finais

Nessa direção, a articulação entre exploração e expropriação não se limita a uma relação externa ou conjuntural, mas expressa uma dinâmica constitutiva do capitalismo contemporâneo, especialmente em formações sociais dependentes. A intensificação da exploração — e, no caso brasileiro, da superexploração da força de trabalho — se sustenta na ampliação contínua de processos de expropriação que incidem sobre os meios de vida e de reprodução social, configurando um movimento cumulativo e espiralado. Ao mesmo tempo em que a precarização das relações de trabalho amplia a vulnerabilidade da classe trabalhadora, a restrição de direitos sociais e a mercantilização das condições de existência reforçam sua dependência em relação ao mercado, compelindo-a a aceitar formas cada vez mais degradadas de inserção laboral.

Nesse processo, a própria subjetividade dos trabalhadores é tensionada, uma vez que, diante da ausência de garantias sociais, o acesso a ocupações precárias — como aquelas vinculadas às plataformas digitais — tende a ser apreendido como oportunidade ou privilégio, e não como expressão da intensificação da exploração. Trata-se, portanto, de uma dinâmica na qual a expropriação de direitos não apenas acompanha, mas condiciona e aprofunda a superexploração, ao mesmo tempo em que produz mecanismos de internalização e legitimação dessas condições, evidenciando o caráter estrutural e contraditório dessas relações no capitalismo dependente.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil.** Estudos avançados, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2018.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2010
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.